



COLÉGIO DE DIRETORES DE ESCOLAS DOS
MINISTÉRIOS PÚBLICOS DO BRASIL

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL

Nos dias vinte e três e vinte e quatro de setembro de dois mil e dez, no Hotel Deville, na Cidade de Salvador, sob a presidência do Promotor de Justiça, Dr. Maurício Kalache, e com a presença dos Doutores Sérgio Dário Machado, Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Espírito Santo; Zulene Santana de Lima Norberto, Diretora da Escola Superior do Ministério Público de Pernambuco; Samia Saad Gallotti Bonavides, Diretora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Paraná; Danilo Lovisaro do Nascimento, Diretor da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Acre; Patrícia Rosana B. Cipriano Simão, Coordenadora do Centro de Estudos Jurídico Pimental Ramos, Subcoordenadora do CEJUR do Rio de Janeiro; Izabel Cristina Salvador Salomão, Diretora da Escola Superior do Ministério Público do Espírito Santo; Vera Nilva Álvares Rocha, Diretora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Tocantins; Francisco Oliveira, Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Pará; Márcio Fabel, Coordenador de Cursos da Fundação Escola Superior do Ministério Público da Bahia; Almiro Sena, Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público da Bahia; Valdira Costa, Coordenadora e.e. do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Rio Grande do Norte; Eduardo Matos, Diretor da Escola Superior do Ministério Público de Sergipe; Luiz Antônio Araújo de Souza, Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público de Roraima; Thereza Maria Muniz R. Iglesia, Assessora da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão; Alice de Almeida Freire, Diretora da Escola Superior do Ministério Público de Goiás; e Walkyria Ruicir Danielski, Diretora da Escola do Ministério Público de Santa Catarina, nos termos dos registros do Livro de Presenças, reuniu-se em Assembléia Geral, o Colégio de Diretores de Escolas do Ministério Público do Brasil, com a seguinte pauta de assuntos: **1) Abertura; 2) Aprovação da ata da Reunião Anterior; 3) Painel: “Educação: Ensino Superior e a Promoção da Igualdade no**



Brasil.” 4) Estatuto da Igualdade Racial e a Carta de Curitiba: encaminhamento de medidas práticas para a atuação do Ministério Público brasileiro; 5) Palestra: “Novo divórcio: atuação do Ministério Público; 5) Assuntos Gerais. 6) Reunião Conjunta com o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais – CNPG. 1) Abertura - Às 08:30h do dia vinte e três de setembro de 2010, foram iniciados os trabalhos, formando-se mesa composta pelas seguintes autoridades: Dr. Almiro Sena, Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público da Bahia; Dr. Márcio Fahel, Coordenador de Cursos da Fundação Escola Superior do Ministério Público da Bahia, Dra. Walkyria Ruicir Danielski, Diretora da Escola do Ministério Público de Santa Catarina e Secretária-Geral do CDEMP; e pelo Presidente da FEMPAR e deste Colegiado, Dr. Maurício Kalache. Abertos os trabalhos, pelo Presidente foi passada a palavra ao Dr. Almiro, que, em nome do CEF/BA saudou os presentes, agradecendo o acolhimento da temática da inclusão racial por este colegiado, na última reunião quando elaborada a Carta de Curitiba. Passada a palavra ao Dr. Márcio Fahel, este saudou inicialmente o Dr. Almiro, destacando ser o mesmo extremamente atuante. Deu as boas vindas a todos e desejou uma reunião proveitosa, sob a inspiração da obra de Jorge Amado, que nomina a sala que acolhe esta reunião. **2) Aprovação da ata da reunião anterior.** Aprovada a ata da reunião anterior, com as retificações de equívocos de digitação conforme apontado. **3) Assuntos Gerais. Invertida a pauta, pelo presidente foi noticiado: a) convite formulado ao CDEMP pela ENAP, para participação na reunião da rede das Escolas de Governo, a se realizar entre os dias 27 a 29/10/2010, no Rio do Janeiro,** destacando a importância dessa participação, posto que os exemplos e experiências bem sucedidas podem auxiliar as escolas e CEAFs, especialmente aqueles que tenham interesse no ensino a distância, sendo possível inclusive o anúncio de linha de crédito pelo BID para tal finalidade. **b) Seleção para Mestrado e Doutorado para Lisboa e Roma Tre.** Pela presidência foi noticiado que os indicados a Roma foram entrevistados neste mês em Passo Fundo, sendo todos aprovados e as vagas devidamente preenchidas. Destacou que foram recebidas



sugestões da comissão de seleção e que, conforme já mencionado em outras oportunidades, a responsabilidade do CDEMP não se esgota na indicação, posto que os indicados representam, em tese, o que há de melhor no Ministério Público brasileiro e a imagem da instituição se vê assim representada, sugerindo seja incluído na pauta da próxima reunião a revisão dos critérios de seleção da indicação, com a inclusão de mecanismos que permitam um maior controle sobre a postura dos indicados antes, durante e depois do curso realizado. Especificamente em relação à seleção deste ano, pelo presidente foi informado que para a vaga do doutorado em Portugal, foram inscritos quatro trabalhos, dos quais dois receberam aprovação para indicação sucessiva, tendo ambas as autoras declinado da vaga. Diante da situação e após o devido debate do tema, foi deliberado pela não reabertura de prazo, mas por consulta à comissão acerca da possibilidade de indicação dos dois trabalhos não selecionados, ainda que mediante alguma adequação dos projetos, sendo que no caso de resposta negativa da comissão, não será preenchida a vaga. No que tange à revisão dos critérios de seleção, esta será efetuada em época oportuna, preferencialmente na próxima reunião. **4) Painel com o Prof. Helio Santos.** Passada a palavra ao colega Almiro, este fez a apresentação do painalista, Prof. Helio Santos, integrante da comissão Afonso Arinos e presidente do Instituto Brasileiro da Diversidade, criado por ele, com capacidade de interlocução em diversos segmentos de acesso e formadores de opinião no Brasil, tal como o revista Veja. O colega Almiro efetuou inicialmente uma abordagem acerca do Ensino Superior inclusivo e o preconceito racial no Brasil. Passada a palavra ao prof. Helio Santos, este proferiu a exposição “Educação: Ensino Superior e a Promoção da Igualdade no Brasil”. O Presidente agradeceu a oportunidade de ouvir a elucidativa exposição do palestrante, dando testemunho pessoal acerca da importância da diversidade no meio acadêmico para o incremento e melhoria da qualidade da produção ali efetuada. Abertos os debates, se manifestaram os colegas Sérgio Dario, o qual justificou sua ausência no período da manhã, por estar participando do lançamento da campanha Vote Limpo, junto ao CNPG. Após, parabenizou o palestrante pela qualidade da apresentação efetuada, salientando sua importância para



o conhecimento da realidade e da origem do preconceito étnico racial no Brasil; a colega Zulene lembrou que o teor da exposição apresentada vem ao encontro do já postulado por ocasião da conjuração baiana, no século XVIII, agradecendo a oportunidade de presenciar tão brilhante palestra; o colega Eduardo cumprimentou e parabenizou os palestrantes, relatando experiência pessoal vivenciada na Universidade onde leciona, constatando que há anos passados as vagas nos cursos mais procurados eram integralmente ocupados por alunos oriundos das escoladas particulares da região, situação cujo início da mudança ocorreu quando da criação do curso preparatório ao vestibular gratuito e depois, com a criação do sistema de cotas; o colega Márcio afirmou que a postura do Ministério Público tende a ser elitista e higienista, ilustrando com situação ocorrida em Salvador, quando efetuada a retirada de diversas barracas de praia e, em reunião realizada entre os diversos órgãos envolvidos, as expressões utilizadas eram essencialmente de conceitos e preconceitos em relação a própria população local, razão da felicidade do tema escolhido; a colega Isabel relatou situação pessoal e familiar de questionamento da defesa das quotas raciais, razão também de parabenização da oportunidade do tema; a colega Samia manifestou sua concordância com os pontos de vista defendidos e igualmente felicitou a oportunidade do tema; o colega Danilo agradeceu a oportunidade de presenciar o debate suscitado e relatou sua experiência pessoal, quando afirmou ser descendente de escravos e de italianos, tendo dupla cidadania, sendo que no Brasil, dada sua condição social, jamais sentiu qualquer dificuldade, mas na Itália foi discriminado por sua origem brasileira, inclusive para a simples locação de imóvel, apesar do documento italiano, situação que entende assemelhada à discriminação do negro no Brasil; o colega Luiz Antônio referiu que embora não tenha ascendência negra, tem indígena, como quase toda a população de RR, sendo que os referenciais aqui apresentados em relação à questão do negro podem ser utilizados também no que tange ao indígena e outras assemelhadas, ressaltando a importância do envolvimento efetivo do Ministério Público em questões dessa natureza; a colega Valdira - que também referiu ser descendente de escravos, criada em um lar branco, tendo sempre se considerado



branca – afirmou que posteriormente, ao tomar contato com a obra de Rousseau, se compreendeu negra e reconhece a necessidade de, como membro do Ministério Público, adotar atuação concreta. Pelo professor Helio foi finalizado agradecendo a oportunidade. **5) Palestra “Novo divórcio: atuação do Ministério Público”**. Retomados os trabalhos às 14.30h, pelo presidente foi saudada a presença do Des. Fernando Cerqueira, o qual foi convidado a acompanhar os trabalhos desenvolvidos. Na seqüência, pelo presidente foi saudado o Diretor da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado da Bahia, Dr. Cristiano Chaves, passando a palavra ao colega Almiro, o qual efetuou rápida apresentação do palestrante, ilustrado e renomado autor na área do direito de família, o qual passou a proferir exposição acerca do tema proposto. Passada a palavra ao palestrante, este inicialmente destacou a importância do CDEMP, em especial no momento presente, inclusive para a devida delimitação das atividades a serem desenvolvidas pelos CEAFs e Escolas de Ministério Público do País. Na seqüência, passou a discorrer acerca da Emenda Constitucional nº 66/2010 e, em especial, no atinente à atuação do Ministério Público frente ao instituto do divórcio. Iniciou o expositor traçando um breve histórico do casamento no direito brasileiro, a partir do Código Civil de 1916. No referente às alterações decorrentes da Emenda Constitucional nº 66/2010, concluiu: a) que restou extinta a separação judicial; b) que não há prazo mínimo para o divórcio; c) que não se discute a culpa pelo divórcio. Destacou que a interpretação do primeiro item não é pacífica, sendo defendida pelos doutrinadores civilistas, mas contestada pelos autores processualistas, que persistem sustentando a possibilidade da separação consensual, diante de uma premissa de liberdade pessoal, estando finda apenas a possibilidade da separação judicial litigiosa. Já no referente à atuação ministerial, ponderou que a evolução legislativa que culminou na Emenda nº 66/2010 implicou na consolidação da retirada do Estado da vida privada do cidadão, situação na qual, inexistindo interesse de incapaz, não se justifica de modo algum a atuação do Ministério Público em nome desse mesmo Estado. Sustenta que a atuação do Ministério Público no direito de família também não mais se justifica na habilitação de casamento e precisa ser reavaliada



nos seus demais aspectos, em especial na utilização dos institutos disponíveis para a efetiva solução dos conflitos, tais como o julgamento antecipado da lide parcial, para, por exemplo, ser decretado o divórcio, ainda que com o prosseguimento do processo para a discussão e decisão futura dos demais aspectos em que persista a litigiosidade entre as partes. Disse ser necessária a atualização dos promotores da área da família, diante do surgimento de inúmeras teses aparentemente inovadoras, que exigem cautela na sua aplicação, ao mesmo tempo em que é necessária a consciência de que o Ministério Público não pode se permitir atrapalhar as partes nas discussões em área tão sensível. Pelo presidente foi parabenizado o palestrante pelo brilhantismo da exposição, destacando a importância da retomada da discussão acerca da atuação em áreas tradicionais, hoje não tão visíveis, mas que afetam gravemente a vida das partes em aspectos que lhe são fundamentais. Aberta a palavra, se manifestaram os colegas Nilza, que parabenizou o expositor e lembrou a necessidade da imediata racionalização da atuação do Ministério Público na área cível, o que vem ao encontro do conteúdo da explanação efetuada; a colega Zulene também parabenizou o palestrante e salientou a importância da temática abordada; a colega Alice disse ser oportuna a exposição e correlata com a necessidade de rediscussão das atribuições ministeriais, sugerindo sejam as conclusões obtidas a partir dessas exposições e debates encaminhadas aos Ministérios Públicos para eventual implementação prática; a colega Patrícia igualmente parabenizou o palestrante e manifestou concordância com a necessidade de revisão da atuação ministerial na área da família, em especial em questões palpitantes, como guarda compartilhada, efetivação do ECA, etc. Pelo presidente foi agradecido ao palestrante a importante contribuição prestada. **6) Assuntos Gerais.** Foi invertida a pauta, se antecipando a discussão dos assuntos gerais, nos seguintes termos: a) **Pelo presidente foi relatado que a Comissão Permanente dos Direitos Humanos do CNPG postulou a participação e colaboração do CDEMP para o desenvolvimento de curso de capacitação acerca do SUAS – Sistema Nacional de Assistência Social** e indicação de um representante do CDEMP para participar de grupo de trabalho formado por aquele colegiado. A colega



Izabel prontificou-se a representar o CDEMP junto ao aludido grupo de trabalho, tendo a indicação sido aprovada por unanimidade. Pelo colega Eduardo foi relatado haver sido realizado em Sergipe curso de especialização na área de Direitos Humanos, cujo modelo será oportunamente encaminhado ao CDEMP; pela colega Alice foi relatado que também no CEAF de Goiás há um curso montado nessa área, em 5 módulos, cuja formatação pode ser disponibilizada. Pela ordem, os colegas Eduardo e Alice foram indicados como suplentes da colega Izabel na representação perante o aludido grupo de trabalho; **b) Pelo presidente foi referido e-mail recebido, no qual noticiada a criação da estratégia nacional de segurança pública**, visando formular política nacional de segurança pública e remodelação do sistema criminal, coordenado pelo CNMP, que tem por primeira meta a extinção da subnotificação dos crimes de homicídio, de modo que cada morte violenta ou suspeita corresponda um caderno investigatório e, ainda, dar efetivo andamento e apreciação célere, conforme metas específicas, dos cadernos investigatórios que versem acerca de crimes dolosos contra a vida; criação de cadastro único de mandados; e o fim das prisões em delegacias. Nesse contexto, foi postulada a colaboração do CDEMP na elaboração das ementas a serem utilizadas para a realização de curso voltado à capacitação dos membros do Ministério Público para a atuação nessa temática específica do Júri, perícia e criminalística, tendo sido encaminhado no sentido de que todas as escolas que tenham em andamento ou recentemente concluído cursos nessa temática, efetuem rapidamente o encaminhamento de suas ementas. **c) Nova página do CDEMP.** Pelo presidente foi explanado o formato e forma de acesso e utilização da nova página do CDEMP, cujo material se encontra na pasta desta reunião; **d) Pelo presidente foi solicitado aos colegas que já tenham sediado reuniões do CDEMP que encaminhem as fotos de que disponham** em meio eletrônico. **7) Estatuto da Igualdade Racial e a Carta de Curitiba: encaminhamento de medidas práticas para a atuação do Ministério Público brasileiro.** Passada a palavra ao colega Almiro, pelo mesmo foi ressaltada a força moral da Carta de Curitiba, destacando, porém, a necessidade de sua efetivação. Para tanto, propõe: a) a criação de uma



agenda para o ano de 2011; b) realização de eventos e seminários pelo CDEMP; c) realização de um grande encontro por região acerca do tema; d) escolha de estados onde o problema seja mais latente para a realização de eventos sobre o tema; e) inclusão do tema nas matrizes curriculares dos cursos de preparação, aperfeiçoamento e vitaliciamento. Foi lembrado que os item 8 e 10 da carta dizem respeito especificamente ao CDEMP, para o que seriam realizados os eventos acima, em âmbito local ou regional. Foi sugerida e acatada a formatação de um curso em módulos, com duração máxima de 2 dias, acerca do tema, o qual seria disponibilizado para os estados e instituições interessados; pela colega Alice foi sugerida a coletânea de artigos sobre o tema e disponibilização destes. Foi ainda sugerida a inclusão do tema no Congresso Nacional do MP, delegando-se aos colegas Almiro e Frederico a gestão perante a CONAMP para tal finalidade. Também foi sugerida a realização de evento, ainda que em meio virtual, no dia nacional da consciência negra. **8) Foi recebido na reunião do CDEMP, por solicitação deste, o Dr. Eduardo Abdon Moura, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Goiás**, a quem, depois de saudado pelo presidente, foi passada a palavra. Pelo Dr. Eduardo foi relatado que no início do corrente mês esteve na Fundação Getúlio Vargas, que atualmente realiza curso MBA em gestão do Poder Judiciário, e que se prontificou a formatar curso assemelhado, voltado ao Ministério Público. Disse que propôs que o acompanhamento da formatação desse curso, voltado essencialmente aos membros dos Ministério Público, podendo ser eventualmente aberto a servidores, fosse efetuado por comissão enxuta, formada por integrantes do CNPG e do CDEMP. Esse curso teria modelo voltado a todo país e como pretensão a formação de gestores, enquanto agentes políticos. Apresentou minuta de curso nesses moldes que está sendo preparado para o estado de Goiás, o qual seria realizado em módulos. Propôs a formação de comissão de 5 membros, a ser presidida pelo proponente, sendo 2 representantes do CNPG e 2 do CDEMP, tendo sido indicados para compor essa comissão o Dr. Kalache e a Dra. Patrícia, do RJ. Pelo presidente foram dados os informes referentes à reunião conjunta a ocorrer no dia de amanhã. **Foi agendada a reunião de Natal para os dias 18 e 19/11/2010.**



Dia 24/09 – Abertos os trabalhos às 09.00h, em reunião conjunta com o Colégio Nacional de Procuradores Gerais. Composta a mesa, presidida pelo Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná e presidente do CNPG, pelo presidente foram saudados os procuradores-gerais e diretores de Escolas e CEAFs presentes, enfatizando ser a capacitação tema recorrente no CNPG sempre que debatidas as ações e políticas a serem implementadas. Passada a palavra ao presidente do CDEMP, este afirmou estarem os diretores de CEAFs e Escolas à permanente disposição das administrações superiores para a implementação e efetivação de seus objetivos. Nesse norte, destacou os estudos e debates já realizados em relação aos temas da regulamentação do estágio e formação das comissões de concursos nos estados em que haja dificuldade para tanto, através de um banco de especialistas dos diversos Ministérios Públicos que poderia ser utilizado para tanto. Ainda, referiu a elaboração da Carta de Curitiba na última reunião do CDEMP, com a sugestão de medidas práticas para a efetiva implementação do estatuto da igualdade racial, passando às mãos do presidente do CNPG ofício, acompanhado da carta de Curitiba, com as aludidas sugestões. Na seqüência, novamente se pronunciou o presidente do CNPG, sustentando a necessidade da formação e capacitação permanente dos membros e servidores do Ministério Público e, por isso mesmo, a necessidade do permanente contato entre o CNPG e o CDEMP. Destacou a necessidade do resgate e mesmo de se incutir nos membros do Ministério Público a preocupação e o compromisso com os valores ministeriais, papel esse importantíssimo a ser desempenhado pelas escolas e CEAFs. Seguiram-se os debates, com manifestações dos senhores e senhoras procuradores-gerais, que ressaltaram a necessidade das escolas incutirem nos candidatos aos concursos da Instituição a formação humanista; simultaneamente, foi questionada a forma de equilíbrio entre a necessidade de capacitação e a de permanência dos promotores nas comarcas, especialmente no que tange à realização dos cursos de vitaliciamento; foi também questionada a formação de eventual comissão de notáveis para concursos, por excluir a diversidade; também foi sustentada a necessidade de que o



COLÉGIO DE DIRETORES DE ESCOLAS DOS
MINISTÉRIOS PÚBLICOS DO BRASIL

aperfeiçoamento seja voltado à atividade ministerial, com o apontamento de que não raro as atividades acadêmicas acabam se tornando a atividade principal do membro da Instituição, com a relegação da promotoria a segundo plano; foi questionada também eventual discussão, no âmbito do CEDEMP, acerca da formação em direitos humanos. Passada novamente a palavra ao presidente do CDEMP, este ressaltou que o colegiado não desconhece os excessos cometidos por colegas, os quais não contam com o apoio do Colegiado; ao contrário, os diretores de Escolas e CEAFs se alinham à preocupação dos Procuradores-Gerais. Destacou que no âmbito do CDEMP somente se defende e se admite a pesquisa aplicada e em temas de efetivo interesse institucional. Disse que nas Escolas há preocupação com as grades curriculares de seus cursos, no que tange à contemplação dos temas que são mais caros ao Ministério Público, dentre eles aqueles referentes aos direitos humanos; disse que a formação de membros e servidores sem o afastamento destes de suas funções, é preocupação permanente da ENAP, da qual participam as escolas de Ministério Público e CEAFs, que inclusive realizará evento específico no próximo mês, no Rio de Janeiro para o debate do tema da formação à distância. Disse que o ensino à distância é naturalmente o caminho principal para a realização da formação sem o afastamento dos promotores da comarca, mas que isso implica em investimento na formação prévia de pessoas capacitadas para a ministração dessa modalidade, que é diferenciada do ensino presencial. Na seqüência, foi subscrito o termo de adesão do CDEMP ao programa do CNPG “O que você tem a ver com a corrupção?”, coordenado nacionalmente pelo Dr. Sérgio Dario Machado, diretor do CEAF do Espírito Santo e membro do CDEMP. Especificamente, a forma de adesão do CDEMP se dará mediante a divulgação da campanha em todas as Escolas e CEAFs, especialmente em seus cursos de formação e aperfeiçoamento. Foi prestada homenagem do Ministério Público da Bahia ao presidente do CNPG. Saudada a presença do conselheiro do CNMP Luiz Moreira Gomes Junior, a este foi passada a palavra. Efetuada exposição pelo conselheiro, este destacou a importância do Ministério Público para a democracia no Brasil. Asseverou que parte da premissa da legitimidade



dos Procuradores-Gerais, razão pela qual entende que a condução das questões no CNMP não pode inverter esse mandato. Asseverou haver, no entanto, algumas preocupações do mundo político com particularidades do Ministério Público. Destacou a dificuldade de reconhecimento pela classe política da própria representação da Instituição. Apontou exemplificativamente a situação de participação de membro do Ministério Público na elaboração ou relatoria de projetos legislativos, onde este se manifesta em seu próprio nome, causando perplexidade em face do não reconhecimento da legitimidade de tal posição pelos demais membros da instituição. Disse que ao se nomear para tal mister um membro do Ministério Público, para a instituição política, o posicionamento da Instituição estaria contemplado, o que nem sempre é verdade. Disse ainda ser fator de incompreensão e conflito a postura adotada não raras vezes por membros da Instituição, de desdém para com a classe política em geral, através de medidas tais como a recusa de atendimento a agentes políticos ocupantes de cargos eletivos. Asseverou que tais posturas acarretam um consenso contrário ao Ministério Público perante a classe política. Destacou que para a classe política há uma dificuldade enorme na identificação da representação do Ministério Público, ante a diversidade de organismos não raras vezes com posturas conflitantes entre si, não havendo uma canalização da representação, de modo a facilitar, por exemplo, as negociações em questões como reajuste de subsídios. Disse que a postura ministerial em geral é de pressupor a conduta ilegal, corrupta e criminosa dos políticos como um todo, o que se mostra preconceituoso. Afirmou que o papel das Escolas para a desconstituição dessa visão e dessa postura se apresenta importante, exemplificando com situação concreta, na qual, como convidado, participou de evento na escola do MP/SP, quando afirmado que o problema do Brasil somente seria resolvido com a prisão dos políticos. Disse haver um inconformismo da classe política com o profundo desdém do Ministério Público para com a classe política e, em especial, para com as prefeituras dos pequenos municípios. Disse que é preciso haver uma complementaridade entre o direito e a política e entre a atuação ministerial e a gestão política na condução dos diversos órgãos, sem que se pretenda com a atuação



COLÉGIO DE DIRETORES DE ESCOLAS DOS
MINISTÉRIOS PÚBLICOS DO BRASIL

ministerial substituir o administrador público. Por fim, solicitou ao presidente do CDEMP que encaminhe minuta de proposta de resolução acerca da atividade docente pelos membros do Ministério Público, de modo a coibir os excessos. Seguiram-se manifestações dos presentes, sendo sugerida a inclusão nas grades curriculares dos CEAFs e Escolas da temática referente à complementaridade do sistema jurídico e do sistema político. Pela presidência do CNPG foram prestados informes gerais de interesse daquele colegiado. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada, às 12h e 55 min, a Assembléia Geral, do que, para constar, eu, Walkyria Ruicir Danielski, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim e pelo Presidente.

Maurício Kalache

Presidente

Walkyria Ruicir Danielski

Secretária